

Seminário sobre o Provedor de Justiça

PROGRAMA

Dia 8 de Novembro

1. Abertura do seminário pelo Provedor de Justiça, **Alfredo José de Sousa**
2. Breve apresentação do workshop
Manuela Goucha Soares (assessora de imprensa)
3. I. O Provedor de Justiça;
II. Âmbito de actuação e poderes de intervenção;
III. Limites de intervenção.
Manuela Barreto (adjunta do Provedor)

INTERVALO

4. I. O Provedor de Justiça e a cooperação internacional;
II. O Provedor de Justiça enquanto Instituição Nacional de Direitos Humanos.
Mariana Sotto Maior (chefe de Gabinete)

Dia 9 de Novembro

1. I. Exposição sobre as particularidades da intervenção do Provedor de Justiça em relação aos poderes públicos urbanísticos, ambientais, de ordenamento do território e na cultura – o paradoxo da autoridade; conflitos multipolares; a fragmentação do direito aplicável;
II. Cartografia das queixas urbanísticas: descentralização e diálogo com 308 municípios;
III. Ruído: a principal preocupação ambiental dos portugueses?
IV. Ordenamento do território: queixas de massa e o confronto com outros ramos do saber técnico e científico;
V. Os direitos culturais e a intervenção oficiosa do Provedor de Justiça;
VI. Os lazeres: um novo e crescente campo de queixas.
André Folque (coordenador da Área 1 – Direito ao Ambiente e Qualidade de Vida)

INTERVALO

2. Regimes de segurança social; habitação social; formação profissional.
 - I. Caracterização das queixas recebidas: natureza e objecto. As entidades mais visadas;
 - II. O *dever de cooperação* com o Provedor de Justiça que impende sobre as entidades públicas e as especificidades na instrução deste tipo de queixas;
 - III. Exemplos de intervenções do Provedor de Justiça neste domínio dos Direitos Sociais (recomendações, sugestões e reparos).

Nuno Simões (coordenador da Área 3 – Direitos Sociais)

Dia 15 de Novembro

1. Fiscalização da Constitucionalidade
 - a. Âmbito
 - b. A fiscalização por acção
 - c. A fiscalização por omissão
2. Saúde
 - a. Limites de intervenção
 - b. Casos mais frequentes e forma de actuação
 - i. Os casos de negligência médica
 - ii. A actuação administrativa
3. Educação
 - a. Limites de intervenção
 - b. Casos mais frequentes e forma de actuação
 - i. Pré-escolar
 - ii. Ensinos básico e secundário
 - iii. Ensino superior
4. Estrangeiros e Nacionalidade
 - a. Casos mais frequentes e forma de actuação
 - i. Situação documental
 - ii. Vistos
 - iii. Naturalização
 - iv. O caso da Índia ex-Portuguesa
5. Prisões
 - a. Casos mais frequentes e forma de actuação
 - i. As queixas
 - ii. As inspecções

João Portugal (coordenador da Área 6 – Direitos Fundamentais)

Dia 16 de Novembro

1. Direito à Justiça e à Segurança
 - 1.1. Introdução
 - 1.2. Grandes números
2. Administração da Justiça
 - 2.1. Limites da intervenção
 - 2.2. Exclusão da decisão judicial
 - 2.3. Exemplos
3. Segurança interna
 - 3.1. Limites da intervenção
 - 3.2. Situações excluídas
 - 3.3. Encaminhamentos
4. Assuntos rodoviários
 - 4.1. Limites da intervenção
 - 4.2. Situações excluídas
 - 4.3. Encaminhamentos

Conclusões

Miguel Coelho (coordenador da Área 5 – Direito à Justiça e Segurança)

INTERVALO

5. Apresentação do Núcleo da Criança, do Idoso e da Pessoa com Deficiência.
6. Encerramento e debate com a presença dos Provedores-adjuntos Helena Vera-Cruz Pinto e Jorge Silveira.